



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BELÉM

Ata da 3ª Sessão Ordinária / 25 de setembro de 2025

PREÂMBULO

---Aos **vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco** realizou-se, pelas **vinte e uma horas**, nas instalações do Centro Social de Belém, na Rua 11, Bairro de Belém (Terras do Forno), a **3.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2025**, convocada nos termos legais, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

---**Ponto 1** – Intervenção do público; -----

---**Ponto 2** – Período antes da Ordem do Dia; -----

---**Ponto 3** – Apreciação e aprovação da ata da reunião de 26/06/2025; -----

---**Ponto 4** – Apreciação e ratificação do Protocolo de cooperação entre a Junta de Freguesia de Belém e a Aequalitas – Associação para a Promoção da Igualdade e Direitos Humanos, com vista a implementar atividades dirigidas à promoção dos direitos sociais e inclusão de jovens imigrantes;

---**Ponto 5** – Apreciação e ratificação de alteração ao Regulamento do PsicoBelém – Gabinete de Apoio Psicossocial da Freguesia de Belém; -----

---**Ponto 6** – Apreciação e ratificação do Regulamento do 31.º Torneio de Vólei de relva do Belém Vólei de 2025; -----

---**Ponto 7** – Apreciação e ratificação do Regulamento da Competição Indoor do Belém Vólei 2025; -----

---**Ponto 8** – Apreciação e ratificação do Regulamento do Fundo de Emergência Social da Freguesia de Belém e da alteração ao Regulamento; -----

--- **Ponto 9** – Apreciação do Relatório de Avaliação do Projeto Clube Paula Vicente; -----

---**Ponto 10** – Apreciação do Relatório de Avaliação do Programa de Apoio à Família; -----

---**Ponto 11** – Apreciação do Relatório Anual Comunidade Escolar, Escolas com Voz e Rádio Freguesia de Belém; -----

---**Ponto 12** – Apreciação do Relatório Anual de Atividades do Projeto Intervir em Belém; -----

---**Ponto 13** – Apreciação do Relatório de Avaliação da implementação do Projeto “Amarelo” durante o 2.º semestre do ano letivo de 2024/2025; -----

---**Ponto 14** – Apreciação e votação do Projeto de Intervenção Socioeducativo do ano letivo 2025-2026; -----

---**Ponto 15** – Apreciação e ratificação do Protocolo de Estágio Curricular no âmbito da Licenciatura em Serviço Social entre a Junta de Freguesia de Belém e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa – Carolina Vaz Mestre; -----

---**Ponto 16** – Apreciação e votação do Regulamento para Atribuição das Bolsas de Desporto a Jovens dos 6 aos 16 anos residentes na Freguesia de Belém (ano letivo 2025/26); -----

---**Ponto 17** – Apreciação e ratificação do Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e o Município de Lisboa no âmbito do Projeto “Amarelo”; -----

---**Ponto 18** – Informação escrita do Presidente. -----

---A sessão foi presidida por Maria Antónia Bairrão Pombo dos Santos Rodrigues Balula Santos (PSD), e secretariada por ??? (PSD), Primeira Secretária, e Teresa Alvadia (PSD), Segunda Secretária. Além dos elementos que integram a Mesa, compareceram os seguintes Eleitos: -----

- Fernando Manuel Magiolo Magarreiro (PSD)-----
- Samuel Simão Ramos Cerca Serrano (PSD)-----
- Maria da Conceição Spencer Quintino Matoso (PSD)-----
- Diogo Afonso de Belfort Cerqueira Pereira Henriques (CDS-PP)-----
- Carlos Alberto Alves, em substituição de Gabriel Maria Simplício Fernandes (CDS-PP)-----
- Maria Teresa Alvadia, em substituição de Filipa Joana Silva Machado Vaz (CDS-PP)-----
- Patrícia de Barros do Sacramento Campos (PS)-----
- Tiago Miguel Fernandes Veloso (PS)-----
- Fernanda Maria Bingalinha dos Santos Paredes (PS)-----
- Sandra Sofia Pinto da Costa (PS)-----
- Josué Carlos Marques Caldeira (PCP)-----
- Pedro Ribeiro Ferreira de Lancastre (IL)-----

---Constatada a existência de quórum, a **Presidente da Assembleia de Freguesia** declarou aberta a sessão. -----

PONTO 1 – Intervenção do público

- Não se registaram intervenções neste ponto.

PONTO 2 – Período antes da ordem do dia

--- ??? (PS) ---

Este é um voto de pesar pelo acidente que aconteceu em Lisboa.

Voto de Pesar (Anexo 1).

--- Diogo Belfort (CDS-PP) ---

Passo a ler o voto de pesar.

Voto de Pesar (Anexo 2).

- Voto de Pesar (PS). Colocado a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

- Voto de Pesar (PSD/CDS-PP). Colocado a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. –

- Na sequência das deliberações anteriores, o plenário passou a guardar um minuto de silêncio. –

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Hoje é uma data marcante nesta freguesia, nesta Assembleia de Freguesia, porque é a última Assembleia em que está aqui o nosso Presidente de Junta, o Fernando, a quem o PSD e o CDS gostariam de dar um voto de louvor, por tudo, e os anos que deu a esta freguesia.

Os eleitos do PSD/CDS passam a ler.

Voto de Louvor (Anexo 3).

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Esta é uma Assembleia de Freguesia, a última, que continua a ser uma Assembleia de Freguesia, e continua a ser uma Assembleia de Freguesia de trabalho, mas este ponto é um ponto particular. Da minha parte, da nossa parte, não é o momento de vincar as diferenças e as distâncias imensas dos dois mundos onde vivemos – não é esse o ponto.

Seria, da minha parte, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista pessoal, algo hipócrita subscrever o texto deste voto de louvor. Eu acho que fazem muito bem, os representantes do PSD

e do CDS, em prestar esta homenagem, acho que é uma homenagem, do ponto de vista dos Partidos que representam, uma homenagem que é compreensível, certamente se eu estivesse no vosso lado também o faria.

De qualquer forma, há aqui cinco palavras que eu subscrevo inteiramente, e que conformarão o meu voto, que é “*votos das maiores felicidades pessoais*”. É isto que eu desejo a todas as pessoas, em todas as circunstâncias, e mesmo ao Sr. Presidente Fernando Ribeiro Rosa, neste momento, que eu compreendo que é um momento particularmente relevante e importante para a sua história de vida, são estas cinco palavras que eu gostaria de destacar, e que subscrevo inteiramente neste voto de louvor.

--- Diogo Belfort (CDS-PP) ---

Primeiro que tudo, agradecer a intervenção do Josué Caldeira. Eu acho que o Presidente Fernando Rosa, seria complicado para ele receber um voto de louvor do Partido Comunista Português, até nisso é de uma grande simpatia.

E da parte do CDS, dizer que foram vinte e três anos de serviço público e de serviço democrático. E ao longo destes anos, nós discordámos muitas vezes, concordámos outras tantas, e trabalhámos juntos muitas mais. E sempre, vezes e vezes, o que nos impressionou – por vezes não sei bem se era convicção, se era feitio, mas era sempre a energia e dedicação à nossa freguesia. E essa dedicação é um legado que nos deixa a todos. Com dedicação, não tenho dúvidas de que é um exemplo para todos, de todos os lados.

E explicando este voto, resume-se à palavra “obrigado”.

--- Patrícia Campos (PS) ---

O Grupo dos eleitos pelo Partido Socialista à Assembleia de Freguesia reconhece ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Belém os mais de vinte anos de dedicação ao serviço público, no exercício das suas funções autárquicas.

Independentemente das nossas diferenças e diferentes visões políticas, e forma de resolver os problemas, e que ao longo do tempo se manifestaram, muitas vezes, nesta Assembleia, é justo salientar a sua perseverança, e a responsabilidade com que desempenhou o cargo ao longo destas duas décadas, sempre pelo cumprimento do dever público e em representação da comunidade que o elegeu.

Alguém que dedicou tanto da sua vida à sua comunidade será sempre merecedor do nosso agradecimento e reconhecimento.

Desejamos as maiores felicidades para a nova fase da vida que se avizinha, e expressamos o nosso devido respeito pelo percurso que agora encerra.

Gostaríamos também de dar uma palavra a toda a equipa que o acompanhou ao longo dos anos, e desejar a todos as maiores felicidades.

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Em nome da Iniciativa Liberal, subscrevemos este voto de louvor. Apesar de estarmos aqui apenas há quatro anos, eu reconheço – e muitas vezes discordámos da forma de trabalhar e das coisas com que não concordávamos, mas reconheço no Sr. Presidente um empenho extraordinário pela freguesia. Eu não consigo o tirar do que é ser um freguês, o Presidente da Freguesia de Belém, acho que vive isso vinte e quatro horas por dia. Não sei se isso é bom, se é mau, mas sei que o vive, e sei que isso lhe tenho de reconhecer, como trabalhador e como profissional.

E por isso, a Iniciativa Liberal subscreve este voto de louvor, do PSD e do CDS, à pessoa do Sr. Presidente, e desejamos-lhe as maiores felicidades nos seus projetos futuros.

- Voto de Louvor (PSD/CDS-PP). *Colocado a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com a abstenção do PCP, e os votos favoráveis das restantes forças políticas.* -----

--- Tiago Veloso (PS) ---

Nós temos de ser sempre sérios, e ao longo destes quatro anos tive, com o Sr. Presidente Fernando Ribeiro Rosa, aqui em momentos menos felizes, que eu anotei como sendo implicados, e que não posso, de maneira alguma, dizer que apesar de ter votado a favor, e voto a favor pelo reconhecimento de tantos anos pela causa pública, e que hoje é um valor maior, porque poucos são os que estão disponíveis para, com coragem e responsabilidade, dedicar – um Presidente de Junta não tem fins de semana, um Presidente de Junta não tem férias, um Presidente de Junta não tem horário de trabalho, e isso é sempre de reconhecer, principalmente para alguém que esteve disponível para a comunidade – fazendo bem ou mal, indo por um caminho que nós podíamos concordar, ou não, mas isso é sempre de louvar.

E por isso, apesar de tudo o que ao longo destes quatro anos, do ponto de vista pessoal até, não gostei e notei, votei a favor deste voto de louvor por esse bem maior que nós devemos ressaltar, até para continuarmos aqui a ter pessoas de qualidade, interessadas pela causa pública e pela política.

--- Presidente da Mesa ---

Eu gostava só de dizer aqui umas palavras, antes de passarmos ao ponto seguinte.

Sr. Presidente, antes de mais agradecer-lhe por me ter convidado para fazer parte da Assembleia de Freguesia. Ao fim de oito anos, aprendi muito com todos vós, foram sempre umas Assembleias – às vezes discordávamos, mas cordiais, e quero agradecer-vos.

Eu vou continuar na freguesia, não aqui, como parte ativa na Assembleia, mas vou continuar ativa na freguesia. E foi ótimo estarmos aqui estes anos todos, e queria agradecer a todos, e ao Executivo, claro, ao Sr. Presidente, principalmente, porque me convidou para estar aqui.

--- Presidente do Executivo ---

Obrigado. Sei que estas coisas não se devem agradecer, pronto, mas acho que sim. Em política não há gratidão, estou sempre a dizer isso, e é uma verdade, mas é muito bom vir a uma reunião destas, bem representada, e sentir que, de uma forma geral, as pessoas apreciam a dedicação e o esforço que uma pessoa faz, de boa vontade, para lutar pelos seus objetivos, de maneira a dar melhores condições a uma freguesia.

E, realmente, estes lugares são muito importantes, porque é preciso muita dedicação, vocês sabem disso, vocês são intérpretes disso mesmo também, no dia a dia.

Eu aqui quero agradecer esta confiança que me deram, e esta homenagem tão bonita que fizeram agora aqui. Para mim, é muito reconfortante, na hora da saída, sentir isto. Custa-me estar a agradecer, mas vou agradecer, porque acho que se deve agradecer, quando uma pessoa está de boa vontade, e sentir que as pessoas apreciam as outras, não obstante as divergências políticas que temos, mas isso é sinal de que estamos a viver a democracia. Isso é sinal de que estamos a viver a democracia, ainda estamos numa zona em que se pode dizer que vivemos em democracia no mundo.

E por isso mesmo, aqui na Freguesia de Belém é um exemplo também.

E eu desejo também a todos vós – e estão aqui três candidatos às eleições, às próximas, autárquicas, três candidatos e cabeças de lista – a todos os candidatos que estão aqui, desejo as maiores felicidades. E a todos os que estão aqui, e que também estiveram a colaborar comigo nesta lista, quer no Executivo, quer na Assembleia de Freguesia, quer como voluntários em outro tipo de situações, colaboradores, toda a gente, eu agradeço, porque, realmente, para mim foi muito estimulante, gostei imenso, com sacrifício, mas gostei muito, porque foi muito salutar, gostei muito destas funções autárquicas, fiquei com o bichinho. Sei que foi tempo demais, eu sei, mas por força das circunstâncias, isso aconteceu.

Vou-me reformar em breve, espero, já com três anos de atraso, mas sinto muita alegria por me poder ir reformar ainda com saúde para gozar a minha vida mais sossegada, sem o telefone estar sempre disponível, e poder viajar um pouco, e estar mais livre, e dedicar-me mais à família, aos filhos e aos netos, que é muito giro também, é uma fase da vida muito interessante.

Mas, só quero que vocês saibam que gostei muito, e que agradeço a todos, toda esta colaboração que nos deram, aqui a nós todos. Eu estava aqui no Executivo, mas foi, realmente, uma experiência única, que eu nunca tinha sentido, e tenho dito sempre às pessoas, nomeadamente aos jovens: se tiverem oportunidade alguma vez de se candidatarem, assim a coisas de política autárquica, candidatem-se, porque é muito bonito, porque nós aqui, nesta política autárquica, podemos ter possibilidade de ver aquilo que contribuímos, de alguma forma, para se fazer. Basta olhar para trás e vê-se o que se vai fazendo, o que não acontece noutros sítios, numa política mais macro. Isto é muito engraçado, para quem gosta da sua terra, isto é muito giro.

E Belém, realmente, é única.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Esta Assembleia de Freguesia é uma Assembleia de Freguesia normal, e há trabalho de casa feito, e há trabalho de casa apresentado.

Nos meses recentes, semanas recentes, aconteceram várias coisas importantes, umas marcadas pelo facto de nos estarmos a aproximar de eleições autárquicas, mas eu tenho aqui um conjunto de cinco ou seis questões que gostava de colocar, e que passaria a apresentar.

Primeira questão, Carta Educativa Municipal. Foi aprovado recentemente, na Câmara Municipal de Lisboa, o documento da Carta Educativa Municipal, para ser enviado para o Ministério da Educação, para avaliação e comentários. A Carta Educativa Municipal é um documento de planeamento estratégico, dos mais importantes do Município, e que visa determinar orientações e opções fundamentais, num domínio também fundamental para a vida da cidade, isto é, a rede de equipamentos escolares.

Sobre a Carta Educativa Municipal, a questão que eu gostaria de colocar ao Executivo da Junta de Freguesia de Belém era saber quais foram os contributos que a Junta de Freguesia de Belém deu para esta Carta Educativa Municipal – pressuponho que terá havido um processo de participação e de envolvimento das Juntas de Freguesia e dos Agrupamentos de Escolas, mas no que diz respeito à Junta de Freguesia de Belém, gostaria de saber quais foram as indicações e as opções que tentaram introduzir na Carta Educativa Municipal da cidade de Lisboa, nomeadamente para garantir condições de a rede de equipamentos escolares da freguesia dar resposta aos desafios de que nos aproximamos, e que os tempos próximos irão colocar, nomeadamente a possibilidade de aumento da população, derivado da implementação de projetos de desenvolvimento habitacional que a freguesia vai ter – refiro-me até a dois níveis diferentes.

Certamente, mais tarde ou mais cedo, haverá o projeto de desenvolvimento habitacional do Alto do Restelo – e já lá vou – e esta semana tivemos uma novidade, que é no quadro de uma política de habitação muito questionável do Governo Central, em que um número significativo de edifícios públicos em Lisboa, no centro de Lisboa, vão ser vendidos, e edifícios com capacidade de uso habitacional, vão ser vendidos, em mercado livre, perdendo o Município *stock* habitacional e com capacidade de dar resposta à crise habitacional. Para além deste movimento, há também um segundo movimento, que é o de haver terrenos que vão ser sujeitos a projetos de desenvolvimento habitacional através de parcerias público-privadas.

A seu tempo, teremos oportunidade de avaliar o que é isso, destas parcerias público-privadas, mas dois importantes terrenos da freguesia estão envolvidos nestes negócios. E portanto, eu até vou estar curioso de saber o que é que vai ser dito sobre as infraestruturas necessárias para o acolhimento daqueles projetos de desenvolvimento habitacional, para comparar estes projetos de desenvolvimento habitacional com a crítica que foi feita ao do Restelo. Cá estarei.

Mas, estes elementos que eu aqui acabo de mencionar são importantes – este último veio fora do tempo, a Carta Educativa Municipal não o considerou, obviamente, mas a questão, de qualquer

forma, fica. Há uma Carta Educativa Municipal, há opções definidas, quais foram as sugestões e recomendações que a Junta de Freguesia fez sobre esta matéria.

Segundo ponto: em 28 de março, numa notícia, que certamente terá sido encomendada pelo Executivo Municipal, foi publicado um anúncio, por parte da Vereadora Joana Castro de Almeida, a Vereadora responsável pela parte do planeamento, em que anunciava a apresentação da proposta do Projeto Municipal de Desenvolvimento Habitacional do Alto do Restelo, e que esta proposta iria ser submetida a reunião de Câmara Municipal, em abril, para aprovação. Lamentamos que nem em abril, nem em maio, nem em junho, nem em julho, nem em agosto, nem em setembro, nem em outubro. Lamentamos, e lamentamos que num mandato, em quatro anos, a cidade tenha perdido a oportunidade de utilizar património público para dar resposta a um problema coletivo gravíssimo, dar resposta à habitação em Lisboa.

Terceira questão: tivemos, há cerca de um ano, um ano e quatro meses, aqui nesta mesma sala, uma sessão marcada na sequência da opção do Executivo da Junta, de passar a permitir o estacionamento em cima do passeio no Bairro do Restelo. Esse estacionamento, e essa opção, foi dito, e está escrito, ser uma opção com carácter provisório. E nesta sessão, em que contámos com a presença de técnicos da Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente creio que a Diretora do Serviço de Mobilidade e de Estacionamento, foi garantido que a Câmara Municipal de Lisboa tinha em curso uma abordagem global para o estacionamento do Bairro do Restelo.

Num requerimento que foi feito na Câmara Municipal de Lisboa, por parte dos Vereadores do PCP, o próprio Vice-presidente da Câmara, com responsabilidades na área do estacionamento, informou – e há evidências escritas – que estava, sim, em curso um plano global de estacionamento do Bairro do Restelo.

Voltando à reunião aqui, a Sra. Diretora inclusivamente disse que o plano iria ser apresentado à população e sujeito à apreciação.

Entretanto, a Junta de Freguesia, creio que por sua iniciativa, avançou com uma intervenção significativa na rede viária do Bairro do Restelo. E a pergunta que eu gostaria de fazer é onde está o plano de estacionamento que nos foi prometido – que nos foi prometido.

Uma outra questão, e é um voto de repúdio pela iniciativa que o Executivo da Junta tomou, em final de agosto passado, de lançar uma discussão pública sobre o que fazer com a pérgula do Bairro de Caselas. ??? pediu uma reunião pública, dois dias antes da realização da própria reunião, em pleno mês de agosto, e num processo que se prolongará para lá deste mandato. Quando eu, há bocadinho, disse que tinha várias questões a colocar, e que algumas estavam influenciadas pelo período pré-eleitoral, esta é uma delas. Curiosamente, a apresentação deste projeto, a introdução deste projeto não foi assegurada pelo Sr. Presidente da Junta, mas pelo João Carvalhosa, membro do Executivo. O Sr. Presidente da Junta, de qualquer forma, teve a amabilidade de aparecer e de nos garantir que o que estava em curso, e aquela sessão, não fazia parte da campanha eleitoral.

Mas, pronto, deixo este registo. Esta iniciativa não tem sentido de ser realizada, este não é o momento de fazer e de abrir processos cujo desenvolvimento vai muito para além do mandato atual, e que, na nossa opinião, é apenas marcado por opções que têm a ver com o momento eleitoral.

Um último ponto, eu já falei disto há umas semanas atrás, há umas reuniões atrás, volto a insistir. Aproximam-se as épocas das chuvas, será expectável que no outono que aí está haja alterações atmosféricas e que a época das chuvas entre. Eu volto a insistir neste ponto, a freguesia é uma freguesia com um território declivoso. É importantíssimo – e isto é uma coisa que é reconhecida por todos os técnicos da área – é importantíssimo que o sistema de drenagem das cidades esteja preparado para estes eventos – eu estou a falar dos coletores e estou a falar das bocas de sarjeta.

Passeando nas ruas da freguesia, o estado dos coletores e o estado das sarjetas é caótico, em algumas situações é catastrófico, nas vias principais e nas vias secundárias, no Jardim dos Moinhos de Santana e nos passeios de outros parques.

Do apelo que eu faço, curiosamente hoje à tarde, numa iniciativa de campanha, tive uma reunião, ao nível da cidade, com a Associação da Dinâmica da Baixa Pombalina, e houve um comerciante que chamou exatamente a atenção para esta questão. Portanto, eu chamava à atenção, porque isto é muito sério, isto é muito delicado, e é importante. Eu chamava à atenção para que a Junta de Freguesia, em colaboração com os serviços respetivos da Câmara Municipal de Lisboa, tomasse as providências necessárias para que preparassem o sistema de coletores para os tempos que se aproximam.

--- Presidente do Executivo ---

Quanto à questão da Carta Educativa Municipal, agradeço a pergunta, porque isso permite fazer aqui algumas questões rápidas – porque são várias coisas que está aqui a focar – mas que, para nós, é fundamental, porque, como sabe, na nossa programação, no nosso programa governativo, era fundamental a questão da educação. E tal era que foi, de facto, merecedora dos maiores projetos, e inovadores, referente à educação, aqui na freguesia – não referir só toda a parte que nós temos tido, nos campos de férias, que são um *Ex-Libris*, os diferentes campos de férias que temos, nem falar, por exemplo, no projeto dos clubes, que é único na freguesia, só financiado por verbas da freguesia, e também, claro, pelos pais, uma coisa mínima em relação ao que se gasta, mas que, realmente, é único, e tem-nos distinguido das outras.

Na Carta Educativa Municipal, temos dado sempre as nossas contribuições, temos tido reuniões, como é evidente, periódicas, com o Vereador desta parte, Sofia Athayde, e demos também as nossas contribuições.

Mas, de facto, isso tem-se revelado muito positivo, porque tenho uma boa informação para lhes dar hoje aqui, foi finalmente desbloqueada a obra, o início da obra do pavilhão gimnodesportivo da Escola Secundária do Restelo, o tribunal desbloqueou, e foi, portanto, desbloqueada a suspensão que estava feita, aceitou as nossas reivindicações, e portanto, vai-se iniciar de imediato a obra do pavilhão gimnodesportivo da Escola Secundária do Restelo. É algo em que nós devemos

estar todos satisfeitos, era algo que há muitos anos a população da freguesia esperava, e esperemos, já nos próximos dias – estamos a chegar ao final do ano – talvez no princípio do próximo ano, em janeiro, se possa iniciar a obra, em toda a sua plenitude. Já tínhamos a verba para esse efeito, os 5.100.000€ previstos para isto. O pavilhão vai ser igualzinho ao de Marvila, quem quiser pode ver a fotografia do de Marvila, e vai ser igual. E portanto, isto está desbloqueado.

Mantém-se tudo o resto, que são os 55.000.000€ de investimento de que falámos, mantêm-se, é o maior investimento em educação nos últimos tempos em Lisboa, aqui na zona ocidental. Temos motivo de orgulho nisso, as nossas escolas vão ter grandes obras. Temos já nas escolas do ensino secundário as obras feitas também, quase todas arranjadas. E por isso mesmo, podemos considerar que isto tem sido positivo, e realmente é um dos maiores investimentos na parte educativa, que estamos a ter agora, neste momento.

De qualquer forma, falar de tudo isto na parte da educação, porque realmente é algo em que apesar de ter havido algumas falhas na transmissão das verbas, temos estado a pôr grande parte dessas verbas do nosso Orçamento, para cumprirmos as nossas atribuições no geral, porque, realmente, quando nos foi passada esta competência na parte da educação, a Câmara não nos passou as verbas a que nós teríamos direito, porque também não tinha para esse efeito.

Quanto ao estacionamento em cima do passeio no Bairro do Restelo, tenho outra informação importante para dar. Se calhar, até estão neste momento a pintar, agora, à noite, mas acho que é mais amanhã de manhã, já começaram ontem, hoje, e está um anúncio afixado nos vários locais, no Bairro do Restelo – não sei se já repararam, e isso é um bocado culpa minha, sim, assumo com muita honra toda esta parte que fiz; aquilo, na prática, vai ser como se fosse um condomínio, há vários condomínios em que vai haver Zona 30, e para as bicicletas partilhadas, para as pessoas poderem passear na rua, em que os carros têm de andar devagar, não é uma autoestrada. E agora, está a ser feito algo que é para finalizar, que é um tracejado, de um lado e do outro, para limitar os carros quanto ao centro da via, pusemos almofadas de Berlim, o bairro está todo sinalizado, e vai obrigar as pessoas a andar mais devagar, porque, realmente, interessa chegarem a casa com os carros e poderem estacionar ao pé de casa, permitimos nos dois sentidos.

Mas, por isso mesmo, sentimo-nos na autoridade de propor e de estabelecer a Zona 30 naquele sítio, porque, de facto, às vezes é um perigo a velocidade a que aqueles carros passam ali, naquelas ruas pequeninas, às vezes com os carros estacionados desta forma, tem-se pouca visibilidade.

Por isso mesmo, resolvemos fazer esta intervenção global, isto é que é um plano global de estacionamento do Bairro do Restelo, em que além da parte vertical, está na parte horizontal. Na Rua Duarte Pacheco Pereira pusemos os quatro estacionamentos, já está a ser pintado, com uns altos, para as pessoas virem mais devagar. Agora estamos na fase das pinturas. Mas, posso-vos dizer que também foi intervencionada a Rua D. Francisco de Almeida – aliás, na sequência de alguns pedidos de alguns moradores da rua, que têm toda a razão, permitindo o estacionamento do lado esquerdo, em vez do lado direito, que assim tem mais carros, e isso tem de ser autorizado,

com todas as implicações que isso tem, porque tem de se pôr as almofadas de Berlim do lado direito.

Mas, portanto, o que eu lhes posso dizer é que estou muito contente, tem sido penoso para as pessoas do bairro, estas obras, mas está-se a conseguir melhorar tudo, e nomeadamente na parte das águas, também do escoamento, e tudo isso, aproveitou-se para melhorar.

Portanto, sim senhor, o estacionamento do Bairro do Restelo, claro que isto não é nada definitivo, é o possível neste momento – estou farto de referir sempre que a política é a arte do possível – conseguimos resolver o problema do estacionamento, conseguimos resolver o problema dos peões, dos carros. Sabe-se lá, mais tarde, se houver condições para isso – que não havia agora – não sei. Para já, até lá, vão continuar os sinais, para estarmos dentro da Lei, com duas rodas em cima do passeio, e a outra com a limitação que está a ser posta, hoje e amanhã, de um lado e do outro das vias, para completarmos toda esta parte do Bairro do Restelo. Tem de se andar devagar, esse é que era o nosso grande drama, porque, de facto, é necessário estacionar dos dois lados, porque aquele bairro foi feito para pessoas num tempo em que cada pessoa tinha uma viatura. Agora, cada casa pelo menos tem duas.

Onde está o plano de estacionamento? O plano de estacionamento está no local mesmo, evitámos aqueles acidentes que houve quando foi aquela confusão, durante aquela semana, em que houve um morador ou outro que tentaram fazer queixa à Polícia Municipal, tivemos de legalizar para a polícia não poder intervir, daquela forma como estava, que estava a criar um caos de trânsito, e ficou resolvido, com muita rapidez.

E por isso mesmo, o Bairro do Restelo vai ficar, de facto, muito bom. Apenas as ruas onde se pode estacionar com duas rodas em cima do passeio é a Rua Cristóvão da Gama, a Tristão da Cunha e a S. Francisco Xavier. Todas as outras, seja a Duarte Pacheco Pereira, seja a Soldados da Índia, vai ser estacionamento normal, porque têm dimensão para isso. Agora, vão ter de andar a trinta, e têm essas tais almofadas de Berlim para lembrar as pessoas, e o chão está bem sinalizado, para andar a trinta. E por cá, há gente também de bicicleta ali no bairro, como sempre houve. Eu vivi ali desde os três meses, e lembro-me que a minha vida foi ali muito na rua. Está bem, não tínhamos tantos pequenos polidesportivos para jogar à bola, como temos agora, e para fazermos desporto, mas, de qualquer forma, fazíamos muita rua – até éramos presos, na altura, detidos pelo “Nove Dedos”, que era o comandante da esquadra da polícia, depois éramos soltos, porque éramos uns miúdos que estávamos a jogar à bola na rua, e era muito perigoso, na altura, segundo diziam. Mas, era a nossa vida.

E, realmente, há muitos jovens naquela zona, e é bom vê-los a fazer desporto também, naquela zona, fundamentalmente no sítio onde nós criámos alguns polidesportivos também, para as pessoas fazerem desporto.

É um bairro – eu sou suspeito, vivo lá também – em que saio com a consciência tranquila. Vão ver também a Rua Duarte Pacheco Pereira, está a ser toda arranjada, e os jardins também. Estavam um pouco degradados, as fábricas estavam todas fechadas durante o verão, foi terrível, tínhamos

tudo encomendado para começar de imediato a colocar nos locais, já tenho aqui informação, por exemplo, que as cadeiras estão a chegar, para as mesas, as mesas vamos aproveitar, já pusemos outras que tínhamos, criámos novos polos, nomeadamente na EPUL, há pouco tempo, também em Caselas. E agora estamos a pôr também algumas flores, que, como sabem, não duram muito, mas pelo menos de vez em quando, durante o ano, vamos pondo algumas flores – não só plantas, mas também flores. As flores duram muito pouco, mas vamos pondo isso, porque estava no contrato também como mais valia da entidade que nos faz a manutenção, também pôr algumas flores. E isso está a ser feito neste momento, já vi algumas fotografias de hoje, e daqui a bocado ainda vou ver, antes de ir para casa.

Voto de repúdio pelo lançamento do projeto da pérgula do Bairro de Caselas: sim, eu estive lá, foi o meu colega João Carvalhosa que esteve mais a tratar disso, era um projeto mais dele. Eu tive de explicar que não foi eleitoralismo, porque se fosse eleitoralismo, já tínhamos executado aquilo, até tínhamos algumas verbas para fazer aquele projeto. Fizemos o que era urgente, deitar abaixo o que lá estava e arrumar mais ou menos o chão, e alguma parte do muro, e depois temos estado com a Câmara, que está disponível para fazer aquele local ficar bem bonito, porque já está a ser visto. Mas, como vimos que, realmente, era muito apetecível o local, e havia vários pontos de vista, e há muita gente que utiliza, e gosta de utilizar aquele local, ali é um *Ex-Libris* de Caselas, achámos por bem irmos com calma, ouvir as pessoas, que acho que é uma coisa fundamental que temos de fazer – porque se fosse eleitoralismo, fazíamos aquilo já, e pronto, estava feito; mas, não queríamos fazer aquilo de qualquer forma. Aquele lugar merece mais, merece uma melhor atenção, e penso que vai ficar muito bonito, está-se a ver várias sugestões.

Eu passei por lá para dar essa ideia, para assistir também, gosto de assistir, acho muito importante aquela zona, e acho que está a ir no caminho correto, porque a Câmara está muito disponível para lançar aquele projeto final da pérgula, depois de nós termos resolvido as coisas mais urgentes que poderiam trazer alguma desgraça, e que ficaram resolvidas com a nossa intervenção.

Quanto à aproximação da época das chuvas, tem toda a razão quando fala nisso, estamos muito atentos – aliás, o pelouro aqui do Dr. Tiago Pessoa, mas até eu, devido à importância, que recebo os alertas da Proteção Civil, além de transmitir ao Dr. Tiago, também falo muitas vezes diretamente com os nossos homens no terreno, para não se perder tempo, quando há assim questões mais urgentes, para ver se eles não se esquecem dos pontos principais, irem limpando esta parte dos sumidouros, para que não haja inundações. Eles têm feito isso. Às vezes, é engraçado, quando eu falo nisso já eles estavam a trabalhar nesse sentido, porque também ouvem os alertas. Temos a sorte de termos pessoas muito dedicadas na parte da higiene urbana. Como devem calcular, eu não concordo nada que a higiene urbana tenha ficado pior – mas, é a nossa opinião, pelo menos aqui em Belém, e sei do que estou a falar, estamos com umas três voltas por dia, pelo menos, à volta das eco-ilhas, e limpamos aquilo melhor do que qualquer outra entidade, e isso tem sido feito. Pode haver aqui outras freguesias em que talvez não seja assim, mas aqui em Belém, é. Por acaso temos posto mais algumas pessoas, não tantas como gostaríamos, porque no concurso não temos conseguido muita gente que consiga entrar. Mas, agora tivemos a informação de que entrou mais uma, que, entretanto, se arrependeu, e vai entrar agora, além daqueles quatro que tinham entrado há pouco tempo.

Por isso mesmo, isso, para nós, é já quase um ritual. Estamos atentos, a Proteção Civil alerta-nos, e nós damos um alerta, só mais por cautela, mas geralmente os nossos serviços, os encarregados estão sempre atentos a essa situação.

Mas, agradeço o alerta, mas geralmente isso está acautelado, existe um plano. Mas, é reforçado com algo de extraordinário quando existe assim um alerta mais agressivo.

De forma geral, era isto que eu queria dizer.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Isto não é um comentário para a Assembleia de Freguesia em geral, eu não me importo nada de discutir protocolos, não me importo nada de discutir apoios. Não discutir a Carta Educativa Municipal é grave, porque a Carta Educativa Municipal é um instrumento fundamental para a qualidade de vida da nossa freguesia, e para preparar a nossa freguesia para o que aí vem.

E esta questão da Carta Educativa Municipal, que não teve nenhum espaço de abordagem – que eu conheça, provavelmente terá, certamente, espero, discussão com os Agrupamentos – que não teve espaço nenhum aqui na Assembleia de Freguesia, é relevante por isso mesmo, mas também é relevante por um pormenor: a falta de escolas, ou a deficiente capacidade das escolas de darem resposta ao aumento da população, do terrível projeto do PACA do Alto do Restelo, foi um dos argumentos para impedir, ou para fazer a campanha contra o projeto. A resposta a esse argumento estava na Carta Educativa Municipal, porque a Carta Educativa Municipal é um instrumento de planeamento e de prospetiva, aponta para o futuro, é para ali.

E portanto, eu espero que ninguém mais venha a mobilizar o argumento da falta de condições de escolas para inviabilizar projetos de desenvolvimento habitacional na freguesia, e nomeadamente para inviabilizar o PACA do Restelo, porque este era o momento para dar resposta a isto.

Aliás, eu quero fazer lembrar – já não me lembro agora quando é que foi, mas nós próprios, PCP, aqui na Assembleia de Freguesia, apresentámos uma proposta a esta Assembleia de Freguesia, que a maioria chumbou, de criação de um grupo de trabalho para fazer uma avaliação do que é que faltava, e quais eram as limitações da rede escolar da freguesia. Foi chumbada. E agora temos um momento que poderia ser decisivo para dar resposta a estas preocupações.

E daí a minha preocupação com a resposta do Sr. Presidente. Eu falo de Carta Educativa Municipal, e o Sr. Presidente responde-me com clubes e pavilhão gimnodesportivo. Portanto, não fez nada, não há nada.

Por acaso, a Carta Educativa, a proposta que está em cima da mesa, tem alguma ligeira mudança. Da sensibilidade que tenho, a mudança que é feita é insuficiente para dar esta resposta. E é preocupante, da minha parte, a freguesia não ter conseguido introduzir alterações mais significativas do que aquelas que foram incluídas neste documento que foi para o Ministério da Educação.

--- Presidente do Executivo ---

la só dizer uma coisa muito rápida. Claro que falta fazer essas melhorias nos liceus, nas escolas secundárias, do Restelo, Paula Vicente, e no pavilhão da escola – que isto é da escola, e por isso, fica para a Junta, depois das seis da tarde e nos fins de semana, para otimizar aquilo.

Mas, de qualquer forma, como sabe, não é a questão só de ir fazendo escolas e escolas, de qualquer forma, porque assim nunca teria capacidade para pôr os alunos todos que quisessem. Já chegámos à conclusão que a grande falha que existe ali, e que tem de ser alterada, é o regulamento que existe, em termos do Ministério da Educação, há muitos anos, que, por exemplo, uma pessoa aqui, um filho que quer avançar para uma escola ???, está em sexto ou sétimo lugar, por exemplo, é passado por toda a gente. Não é por aí que se vai. Claro que temos de melhorar o que temos, mas o regulamento, no meu entendimento, é que tem de ser alterado, porque não serve, está mal feito, não é adequado à realidade, para resolver esse importante problema.

Por isso mesmo, a Carta Educativa é importante, mas deve ser debatida, como a própria diz, a Carta Educativa, em reuniões do Município e da Assembleia Municipal. Aqui é freguesia, estamos a pôr-nos em bicos de pés. Claro que para os devidos efeitos tem interferência aqui, como é evidente; agora, não nos vamos pôr agora a dizer que a Carta Educativa tem de ser só aqui. Claro, podemos falar sobre a Carta Educativa e executar, mas, nesse aspeto, acho que estamos muito à frente de várias freguesias, porque, de facto, na parte da educação, vocês não podem imaginar a quantidade de elogios que temos diariamente, das nossas ações na parte da educação. Ouça, é um *Ex-Libris*, temos pais a chorar quando os filhos não conseguem entrar para os campos de férias, que é fruto disto tudo, e as AAF's e as CAF's, e o projeto dos clubes, tudo isso é uma especialidade da Freguesia de Belém.

E portanto, está a andar muito bem, não com as verbas que gostaríamos, porque esteve sempre coxa a questão das verbas, mas, de qualquer forma, a Câmara também se queixa que o Estado Central também não lhe passou, mas nós, por causa disso, temos estado a pôr muitas vezes do nosso próprio Orçamento, e vamos buscar verba sei lá onde, para colmatar essas lacunas e termos estes resultados extraordinários que temos, na parte da educação, porque, de facto, é um dos *Ex-Libris*, sem qualquer dúvida, a questão dos campos de férias – como os senhores sabem, aliás.

Portanto, isso é que eu vos queria dizer, temos feito um importante trabalho, e temos sempre em conta essa questão da Carta Educativa. Posso dar-lhe um exemplo, a Unidade de Saúde Familiar foi feita por quê – lá em baixo, a primeira? Porque nós fomos, na altura em que fui lá com o Vereador, e vimos que havia uma hipótese na Carta de Saúde de Lisboa, vimos que havia uma lacuna aqui, e aproveitámos isso para introduzir a Unidade de Saúde Familiar, no dia 9 de outubro, salvo erro, de 2009, à volta disso. E, realmente, conseguiu-se fazer e concretizar a Unidade de Saúde Familiar das Descobertas, porque na Carta de Saúde estava isso previsto.

Aqui, a Carta Educativa é a mesma coisa, temos de estar atentos a isso.

Olhe, houve uma vez em que eu fui falar à Assembleia Municipal, que era incrível como é que, no Restelo, não havia pelo menos metade de escolas forradas a mármore das que existem na Musgueira, porque na Musgueira havia duas. Agora, vá, não são forradas a mármore, mas forradas com uma pedra bonita, e tal, estão bem feitas. Realmente, agora temos boas escolas feitas – dão-nos mais custos de manutenção, mas são boas, temos de dar a mão à palmatória, fantásticas – e agora, falta, realmente, e é isso que estamos a fazer, já temos tudo aprovado, já temos as verbas aprovadas, para avançarmos para a Escola Secundária do Restelo, dar aquelas condições, e para a Escola Paula Vicente, mas, ao mesmo tempo, tentamos fazer, com o que já foi detetado ao nível do regulamento, com as deficiências dele, alterarmos o regulamento, porque se o regulamento não for alterado, podemos ir continuando a fazer mais escolas, até ao vigésimo segundo andar, ou vigésimo terceiro, e continua sempre com carências.

--- Diogo Belfort (CDS-PP) ---

Porque isto é uma Assembleia como as outras, não posso deixar de discordar e lamentar aqui dois ou três pontos que o Josué Caldeira, do PCP, eleito pela CDU, aqui referiu.

Porque é uma Assembleia de Freguesia igual às outras, também se escusava, mais uma vez, de trazer questões de política nacional para marcar uma posição aqui – e não vamos dizer que é porque estamos em campanha eleitoral – nomeadamente sobre as propostas do Governo sobre a alienação de bens imobiliários – se bem me lembro, com três objetivos diferentes: realizar mais valias financeiras para serem consignadas à habitação pública – e essa parte, penso que concorda – através de concessões, que, apesar de tudo, o próprio PCP – e eu lembro-me, já no passado defendeu que a Câmara de Lisboa, juntamente com os privados – aliás, quando fez aprovar, na altura em que estava no poder, no gabinete do Sr. Vereador, quando aprovou o PACA, na altura, depois PRA, etc., vai mudando de nome, mas nessa altura já tinha a colaboração com privados e as concessões. Mas, depois, as PPP's, que é contra, muito bem.

O que eu não consigo achar que pode ficar sem resposta é usar a expressão “terrenos envolvidos nestes negócios”. Os negócios, quer dizer, isto não é uma questão de envolver nos negócios, como se isso fosse uma questão suja. O facto de promover habitação em Lisboa, esse é o fim em que eu esperava que estivéssemos de acordo. O facto de haver forças políticas que preferem que não haja habitação, se ela não for habitação pública, aí, de facto, discordamos. Entre um terreno estar vazio e estar com habitação, eu pensaria que concordaríamos que era melhor ter habitação. Aliás, é isso que justifica o PCP ter defendido sempre que fosse – vamos chamar, para não mudar o nome de dois em dois anos, o Loteamento do Alto do Restelo, e a grande construção. E depois, perante a reação popular, de mais de mil pessoas, e das manifestações, ter defendido, não o projeto original, mas já a diminuição para os quatrocentos e sessenta, e depois já não sei se estão de acordo com os trezentos e oitenta fogos – confesso que já não sei. Mas, também eram contra, na altura – posso estar enganado – quanto ao facto de aquilo ser feito, no tempo do Presidente, Dr. Fernando Medina, através de uma PPP, ou com uma concessão.

O que eu gostava de dizer aqui, Sra. Presidente e Sr. Presidente, é o seguinte: ninguém, deste lado, tem nada contra a renda acessível ou mais fogos; o que foi sempre dito ali, e foi dito aqui muitas vezes, era que antes da construção, antes de virem mais mil e setecentas pessoas, antes

da construção, a questão dos transportes, a questão dos equipamentos sociais e a questão da educação, tinham de ser tratadas antes, isto porque nós estamos um bocadinho fartos, nesta freguesia, de, há décadas e décadas, quando se trata da rede de transportes, ficamos para o fim, quando se trata da perceção que há sobre a freguesia, já tem muitos equipamentos, já tem muitos colégios, e ficamos por aí.

Eu relembro que o próprio PCP disse, quando andou a colocar cartazes no Alto do Restelo, por causa da questão do, na altura, PRA, que se tinha de ouvir as pessoas para ter melhores condições de transportes, educação, rede escolar, etc. É exatamente o mesmo, o que nós aqui defendemos – e pelo menos eu continuo a defender, e defendi no debate público, contra o Partido Socialista, na altura – é muito simples: ninguém tem nada contra mais habitação, desde que seja com conta, peso e medida, e especialmente que não torne num inferno uma parte da freguesia, se, mais uma vez, para resolver um problema, põem no Restelo, mas a questão dos transportes, e a questão da habitação, e a questão dos equipamentos sociais – que, aliás, o PCP também defendia, na altura, se bem me lembro, que fique para depois. Estas coisas têm de ser feitas em conjunto.

E, nesse caso, eu concordo consigo, que tem de haver uma coordenação entre a Carta Educativa, a Carta Habitacional e de transportes, com certeza, é essa parte da estratégia.

Mas, já agora, como é que o PCP votou a Carta Educativa de Lisboa? Termino com isto, e retiro a pergunta, porque isto não é aqui uma questão da Assembleia de Freguesia. Isto não é a Assembleia Municipal. Eu percebo perfeitamente, mas não pode ser só o representante do PCP a trazer os temas para aqui, alguém tem de dar uma resposta, quando não concordando.

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Só aqui complementando o Diogo Belfort na questão dos equipamentos, faltou apenas a parte da saúde, que também engloba os direitos. Na Constituição está que todas as pessoas têm direito à habitação com os equipamentos necessários para que seja uma habitação digna, e inclui aí a questão da saúde.

Às vezes gostava, quando estamos a falar aqui da Freguesia de Belém, que se conseguisse ter uma visão do que é que nós queremos de Belém no futuro. Não é hoje, não é amanhã, não é neste mandato; é o que é que nós queremos de Belém daqui a vinte anos, ou daqui a trinta anos. E é por isso que nós devemos lutar, por uma Belém que seja segura para os nossos filhos, que seja bonita, que seja agradável, que seja fácil chegar a Lisboa, e que tenha educação, habitação, transportes e saúde para todos.

PONTO 3 – Apreciação e aprovação da ata da reunião de 26/06/2025

Colocada a votação, foi a ata da reunião realizada no dia 26 de junho de 2025 aprovada por unanimidade. -----

PONTO 4 – Apreciação e ratificação do Protocolo de cooperação entre a Junta de Freguesia de Belém e a Aequalitas – Associação para a Promoção da Igualdade e Direitos Humanos, com vista a implementar atividades dirigidas à promoção dos direitos sociais e inclusão de jovens imigrantes

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Só chamar aqui à atenção do seguinte: o texto do protocolo faz referência ao seguinte: da parte das responsabilidades da Junta de Freguesia, a Junta de Freguesia deve facilitar a participação de técnicos nas atividades previstas e apoios, e disponibilizar os recursos logísticos e espaços físicos – está no considerando terceiro.

A questão que eu chamo à atenção é que os documentos não apresentam nenhuma programação – não digo programação, mas uma lista de atividades que este protocolo irá consubstanciar. E portanto, nós estamos aqui a votar o apoio e a disponibilização por parte da Junta de Freguesia da participação de técnicos e de recursos logísticos sem saber para que tipo de ações, iniciativas e frequências é que estamos a disponibilizar.

É só uma chamada de atenção.

--- Presidente do Executivo ---

Vou deixar aqui a minha colega falar, mas nós temos aí atrás um projeto, isto é um projeto fundamentalmente para a Rádio Freguesia de Belém.

Mas, vou passar aqui à minha colega que tem a parte da educação, e que preparou melhor isto.

--- Helena Lencastre (Vogal) ---

Este projeto foi-nos solicitado por esta associação, para poderem implementar noutros locais do país, a participação dos jovens nas rádios, e programas de rádios. Então, a Aequalitas está com um projeto nas duas freguesias, e nós, como temos vários jovens a fazerem a participação na rádio, foi um projeto em que juntámos vários jovens aqui de Belém, outros de Odivelas.

O local, é tudo um trabalho com a rádio, e portanto, não tinha muita necessidade de definir mais espaços. Fomos a dois ou três sítios, para já ainda só fomos a Belém, e é a participação dos jovens com a rádio, e a rádio em várias outras cidades, onde querem implementar também uma rádio como a nossa, uma rádio institucional, uma rádio para jovens.

É só isso.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 5 – Apreciação e ratificação de alteração ao Regulamento do PsicoBelém – Gabinete de Apoio Psicossocial da Freguesia de Belém

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Eu queria só aqui dizer uma coisa, porque quando estamos aqui a apreciar estes documentos, normalmente vem informação, na parte da informação escrita do Presidente, vem informação sobre o que é que foi feito durante este período, sobre estes temas, e que, se calhar, devia estar incluído aqui, para nós podermos fazer uma apreciação mais eficaz e mais rápida sobre o tema, porque eu leio aqui, e depois tenho de ir ver se já existe alguma informação sobre quantas pessoas já tiveram as análises.

Por acaso está lá, está na informação escrita do Presidente, mas a minha sugestão era que isso viesse a acompanhar o documento, para facilitar a leitura e a aprovação mais rápida destes documentos.

--- Fernanda Paredes (PS) ---

Eu tinha uma questão para colocar, em relação aqui a esta situação do PsicoBelém, porque me parece que tem um trabalho significativo aqui na freguesia, porque tive oportunidade, depois, de ver aqui na informação escrita do Sr. Presidente a informação de que atinge cerca de cento e onze utentes, o que é expressivo, dentro da nossa freguesia, e portanto, será um importante apoio que é dado nesta área da saúde mental.

Mas, também verifiquei que há vinte e um utentes, destes cento e onze, que são acompanhados pela PH+, por quatro técnicos, e há noventa que são acompanhados pela equipa da Junta, de doze técnicos. E recordo-me que a PH+ esteve aqui já em cima da mesa, com um protocolo de colaboração que, na altura, não era remunerado. E agora verifiquei aqui que há um acordo de colaboração e uma prestação de serviços com esta entidade, que é a PH+, com estes quatro técnicos.

Gostava até de perceber qual é que é esta distinção, por que é que estes quatro técnicos vêm especialmente para desenvolver esta função, certamente será uma área mais específica, ou de alguma especialidade, mas, acima de tudo, porque, de facto, fiquei atenta ao facto de ter sido um protocolo não remunerado, e que agora parece que há aqui uma alteração destas funções, em relação a esta entidade.

--- João Carvalhosa (Vogal) ---

São duas coisas distintas, e eu acho que já nessa altura, quando se levantou aqui a questão, falámos que havia duas coisas distintas. Uma é o protocolo que existe, de facto, com uma entidade, que implica uma cedência, ou seja, tem uma contrapartida de cedência de espaço para a entidade, e para nós tem a possibilidade de os nossos colaboradores frequentarem ações de formação, ou nós pedirmos ações de formação específicas a essa entidade, para desenvolver, por exemplo, para os nossos monitores de campos de férias. Isso acontece, está nesse protocolo.

Outra questão e situação diferente é uma prestação de serviços que existe com essa entidade, que começou já há alguns anos, e que tem a ver com a complementaridade das consultas de psicologia que nós damos no PsicoBelém.

Por que é que isso começou? Porque nós tínhamos uma lista de espera enorme. Na altura, as consultas do PsicoBelém eram dadas apenas pelos funcionários da Junta, e que, portanto, as davam numa base de disponibilidade em função dos projetos todos que tinham, não estavam destacados para esse projeto. Tínhamos pessoas na área da educação, tínhamos pessoas na área da ação social que são psicólogos, e que, complementarmente aos projetos que desenvolvem, iam, por exemplo, dar uma consulta ao final do dia, ao PsicoBelém – ou ao meio da tarde, ou seja, quando for – para manter o projeto vivo, e faziam o que podiam.

Com a alteração que nós fizemos ao Projeto PsicoBelém, em que contratámos dois psicólogos a tempo inteiro, uma psicomotricista e uma terapeuta da fala, pudemos, então, aumentar para estes números que estão agora, estas tais cento e onze pessoas que estamos a acompanhar neste momento, e que estamos a aumentar o número. Nós só temos este quadro de pessoas a funcionar, completo, a partir de junho. Os nossos técnicos continuam a dar algumas consultas neste regime, até porque gostam, e porque alguns deles têm essa vocação, e portanto, fazem esse trabalho também de complementaridade ao trabalho que já fazem nos seus diversos pelouros, mas temos agora estas pessoas mais permanentes.

Por que é que a PH+ continua, e vai continuar? Porque nós damos também apoio psicológico aos nossos trabalhadores, neste PsicoBelém, e entendemos, e a equipa também entendeu, que não deviam ser os colegas a prestar o apoio psicológico aos colegas. E daí, não só a PH+ está ainda a acompanhar casos que vinham de trás, antes desta entrada de pessoas – não era também clinicamente aconselhável que tivessem mudado de psicólogo a meio do percurso – estão a acabar esses casos, e todos os casos novos que surjam, de pessoas da nossa estrutura que precisam de acompanhamento, esse acompanhamento é feito pelos técnicos da PH+.

Portanto, é essa a justificação de haver essas duas situações com a PH+, e por que é que eles continuam a dar consultas de psicologia.

--- Fernanda Paredes (PS) ---

Então, se bem entendo, aquilo que aqui se refere na pág. 27 da informação, quando se refere que a PH+ é a empresa com quem temos um acordo de colaboração e prestação de serviços, neste caso, inserido no PsicoBelém, será só uma prestação de serviços, porque o acordo de colaboração se refere a outra componente. É uma importante retificação, de pormenor, mas importante.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com uma (1) abstenção. -----

PONTO 6 – Apreciação e ratificação do Regulamento do 31.º Torneio de Vólei de relva do Belém Vólei de 2025

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Eu vi aqui os Pontos n.º 6 e 7, fiquei um bocado confuso ao ler a primeira página de cada um deles, porque ambos falam que o torneio é no jardim, embora um seja *indoor*. E portanto, no regulamento do *indoor* vem lá que não é no jardim, embora estejam aqui a pedir, na proposta, que o torneio há de ser realizado no Jardim Vasco da Gama, quando, afinal, no regulamento está que é na Escola Secundária.

Acho que temos, de vez em quando, de olhar para os detalhes, é importante que isto esteja correto, e não me parece.

Esta era a primeira questão.

A segunda questão que eu coloco aqui é o que é que a Junta vai envolver neste torneio de vólei. Vão lá estar elementos da Junta no torneio de vólei, no jardim, e depois na escola, ou é só do Belenenses? Como é que funciona este protocolo, na prática, e se tem custos para a Junta, se isto depois é contabilizado, ou não, na contabilidade de custos, este investimento, que eu acho sempre meritório, e acho uma questão importante, mas fico sem perceber qual é o papel da Junta neste protocolo.

--- Tiago Pessoa (Vogal) ---

Relativamente às questões que coloca, bom, não sei se há aqui alguma imprecisão, mas, de qualquer modo, para precisar em concreto os locais, o Belém Vólei, a versão *outdoor*, que é feita já há trinta e uma edições, realiza-se no Jardim Vasco de Gama, como sempre se realizou e continuará a realizar-se, à partida, porque é um torneio que tem vindo, de facto, a ter um grande sucesso. Tivemos um período de Covid, onde depois tivemos de recuperar o número de inscritos, mas tem sido um torneio já com muita tradição na freguesia.

E portanto, o momento *outdoor* é feito naquele espaço.

O momento *indoor* varia um bocadinho em função do número de equipas e escalões que nós incluímos na prova. Inicialmente pensou-se em fazer na Casa Pia e também na Escola Secundária do Restelo e no pavilhão do Belenenses. Em função dos escalões e do número de participantes que vamos ter, vamos concentrar todo o torneio na Casa Pia, nos dois dias, dias 27 e 28, no pavilhão que foi gentilmente cedido pela Casa Pia, sem qualquer custo para a freguesia.

O que é que nós, do ponto de vista de apoio, o que é que investimos neste torneio? Essencialmente temos professores e monitores que organizam os quadros competitivos, e para os quais pagamos um pequeno valor, que é um protocolo que existe já há muitos anos, temos o apoio da Associação de Vólei de Lisboa também, existem árbitros, aos quais também temos de dar uma pequena participação por estes valores, temos voluntários, mas também temos elementos que nos ajudam na organização. Ao Belenenses, por exemplo, que nos ajuda na parte do *indoor*, não pagamos absolutamente nada, é uma parceria sem qualquer participação. Temos a presença das coletividades, que também nos ajudam, têm um bar, montam um bar, dão ali um apoio do ponto de vista da alimentação, aos atletas, ao *staff*, e tudo o mais. E portanto,

nessa perspetiva, também existe um protocolo de colaboração onde ajudamos as coletividades também a estarem presentes.

E eu diria, se não me esquecer de nada, à partida, isto é o investimento que fazemos. Pedimos às equipas, obviamente, um *fee* de participação, pequeno, mas que é importante para responsabilizar também as equipas pela sua participação, não pode ser só uma participação gratuita, não faz sentido, e também porque assim sabemos que funciona melhor. E o investimento, face ao retorno, num impacto onde conseguimos, neste momento, ter mais de quinhentos participantes, jogadores, seja no *outdoor*, seja no *indoor*, a participarem nesta iniciativa, acho que é muito significativo e muito superior ao valor que a Junta investe.

O valor que é investido, obviamente que está consagrado no Orçamento inicial, está consagrado nas contas, depois quando as votamos aqui, em relatório de contas. E portanto, eu diria que essencialmente é isto. Depois posso precisar os números, mas os números vêm no relatório de contas.

Nós, do ponto de vista das propostas que realizamos, e as que fazemos em Executivo, que não necessitam de vir aqui à Assembleia de Freguesia, são no sentido de aprovar algumas despesas que têm de ser feitas no contexto da organização deste evento.

Também fazemos um pagamento aos Bombeiros Voluntários, para darem a prestação de emergência, porque também há aqui uma pequena comparticipação que tem de ser paga. E depois, também agradecemos aos inúmeros patrocinadores, e também comunidade local, de outras empresas e de outros comerciantes e estabelecimentos comerciais daqui da freguesia, que também se associam a esta iniciativa há muitos anos, e que também, como contrapartida, ajudam os atletas na alimentação, e em muitas situações.

Portanto, essencialmente, julgo que é isto, do ponto de vista da informação desta iniciativa, que há dois anos juntou à parte do *outdoor* esta componente de *indoor*, e aquilo que nós queremos criar, de facto, é, em Belém, uma referência do ponto de vista também do voleibol. E posso dizer-lhe que este torneio que nós vamos fazer, do ponto de vista de *indoor*, acaba por ser um torneio de início de pré-época dos escalões femininos, de muitos escalões antes do campeonato nacional, e portanto, começa a ser já um torneio de referência, quase como de pré-época, para a época que depois se inicia nos diferentes escalões.

Portanto, acho que pode ser uma iniciativa que tem capacidade para continuar a crescer, assim também haja, de facto, procura, e haja satisfação por parte de todos. E pelo menos nós entendemos que tem sido esse o *feedback* que temos recebido.

--- Presidente do Executivo ---

Só para dizer o seguinte: estou cá há muitos anos, há vinte e quatro anos, como Presidente, e estive quatro anos na Oposição, e já nessa altura havia o Belém Vólei, só para terem uma ideia. Já com os nossos antecessores aqui do Partido Socialista e do PC, na altura, que estavam no Executivo, já existia o Belém Vólei. Foi das raras coisas que nós herdámos, foi o Belém Vólei, e

realmente tem sido sempre apoiado, independentemente das cores políticas de quem está no Executivo.

É talvez a mais antiga atividade desenvolvida na nossa freguesia.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 7 – Apreciação e ratificação do Regulamento da Competição Indoor do Belém Vólei 2025

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 8 – Apreciação e ratificação do Regulamento do Fundo de Emergência Social da Freguesia de Belém e da alteração ao Regulamento

--- Fernanda Paredes (PS) ---

Relativamente a este Fundo de Emergência Social e a este regulamento supletivo que agora aqui vem à Assembleia, eu, de facto, gostava de saber a sua verdadeira razão, ou pelo menos que fosse mais clara a razão pela qual é trazido aqui a esta Assembleia.

Tem aqui uma resenha histórica que também me deixou confusa, porque também fala do Cartão Solidário, da Freguesia de Santa Maria de Belém, enfim, há aqui um percurso histórico feito com este Fundo Social de Emergência.

Mas, acima de tudo, aquilo que aqui se diz no preâmbulo é que o contrato de delegação de competências nas Juntas de Freguesia cessa com as eleições, e competirá ao futuro Executivo Municipal prorrogar, ou não, o funcionamento do fundo.

Por isso, venho questionar, isto significa que cessa este apoio às famílias, por isso se faz este regulamento? Então, e em relação às outras atividades, nomeadamente às CAF's e AAAF's, então não haveria também a necessidade de fazer um regulamento supletivamente ao contrato de delegação de competências que é feito pela Câmara?

Confesso que fiquei com esta dúvida, do propósito deste regulamento, se bem que tem todo o mérito de querer garantir que se continua a dar apoio à população mais carenciada, e que esse, efetivamente, não pode faltar, mas também questiono este instrumento, porque, francamente, escapou à minha compreensão.

Eu penso que as transferências da Câmara Municipal de Lisboa, se bem que pude também apurar com os dados de 2024, serão na ordem de 251.000€ - os valores, de facto, não são fáceis de apanhar nas diferentes contas.

Eu apercebi-me também, a partir da informação escrita do Sr. Presidente, que há doze agregados que têm apoio à renda, há sessenta e um agregados com apoio familiar, e portanto, é claro que temos de garantir que não há um processo político de dificuldades para estas famílias, mas gostaria, de facto, de ter este esclarecimento, porque também pode vir um Executivo, quer na Câmara, quer na Junta – porque pode acontecer, pode ser um Presidente, ou uma Presidente, e estas coisas podem-se alterar. E portanto, se é legítimo estarmos a tomar uma decisão desta natureza quando se aproximam as eleições, que podem mudar o rumo destas decisões.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Eu acompanho as observações que foram acabadas de fazer pela Fernanda Santos. De facto, eu gostava de ter mais elementos, quer de enquadramento, quer de quantificação, desta proposta. Quer dizer, não basta dizer que a realidade social caracterizada pelo agravamento das situações de carência económica e emergência social, incluindo habitação, deve ser combatida com imediata prontidão; eu subscrevo inteiramente esta afirmação, de facto, as condições sociais, e nomeadamente para as camadas sociais mais desfavorecidas, têm sido, nos últimos meses, significativamente agravadas.

Mas, até acho que deve haver uma gralha, ou há uma contradição nesta proposta. Isto é um fundo, é um novo fundo, um fundo de base da freguesia, e depois, na segunda página, terceiro parágrafo, “*que funcionará supletivamente ao FES Municipal*”. Ora, “supletivamente” quer dizer que complementa, que adiciona. Mas, no próprio regulamento diz que o apoio a conceder por este fundo – este que nós estamos a aprovar – não pode ser acumulado com qualquer apoio recebido da Câmara Municipal de Lisboa.

Portanto, ou é gralha, e eu reconheço, não há problema nenhum, ou há aqui uma incompatibilidade no funcionamento disto.

Mas, de qualquer forma, eu creio que a apresentação desta proposta, tal como foi dito na intervenção anterior, beneficiaria muito da justificação da mesma. Por exemplo, o que é que aconteceu, ou como é que funcionou, ou está a funcionar – porque ainda está em curso – o FES Municipal? Quais foram os resultados? Qual é o risco de o FES Municipal interromper, e interromper também o apoio a estes setores sociais? Qual é o montante previsto dedicar a esta verba? Quais são as origens deste fundo, que irão alimentar esta despesa social?

Pronto, há aqui um conjunto de informação, eu não diminuo, nem quero menosprezar ou diminuir a importância deste instrumento, mas confesso-vos que sinto que há um conjunto de lacunas na informação disponibilizada, que eu gostaria de ver respondidas – e pela intervenção anterior, não estou sozinho nisso.

--- Presidente do Executivo ---

Vou passar a palavra ao Dr. João Carvalhosa, que vai especificar melhor isso.

Devo-vos lembrar só do seguinte: isto é fundamental, em termos sociais, é realmente algo que nós trouxemos, porque isto já existia em Santa Maria de Belém – não sei se se lembram, que trocámos as iluminações de natal pelos cabazes de natal, na altura. Não havia muitas verbas, e portanto, Belém, no natal, ficou iluminada pelos olhos das pessoas que recebiam este apoio, de agradecimento.

E depois, quando foi a fusão das freguesias, adicionámos isto também à parte da antiga Freguesia de S. Francisco Xavier. Ainda me lembro, as famílias, quando estavam a receber estes apoios, que íamos entregar a casa, às vezes não cabia nas casas, que eram muito pequeninas, estes produtos todos, que com os voluntários estavam a ser distribuídos, começaram a ser beneficiados por isto.

E depois, mais tarde – mas, era chato, porque estávamos a levar os bens a casa das pessoas, estavam muito identificadas – mais tarde, acabámos por arranjar o chamado Cartão Solidário, que veio substituir este cabaz de natal, e o Cartão Solidário serve para o ano inteiro, é um cartão, tipo cartão de crédito, em que nós damos a um certo número de elementos da família, e a pessoa, durante o ano, vai gerindo esse cartão, com bens dos supermercados. É discreto, para não estarem as pessoas a sentirem-se um bocadinho humilhadas, por estarem a receber uma obra de caridade da Junta.

Mas, é muito importante para a vida das famílias.

E este Fundo de Emergência Social é fundamental, e temos muita gente ligada a isso.

--- João Carvalhosa (Vogal) ---

Para já, saúdo o facto de o Josué Caldeira, do PCP, apoiar, ou achar bem esta medida, visto que tivemos aqui até uma troca de palavras na última Assembleia, em que a forma com que apelidou este fundo, e os outros apoios, não era propriamente simpática. Mas, ainda bem que pensa diferente nesta Assembleia.

Este regulamento tem um motivo simples, como a Fernanda Santos referiu, que é o fim dos contratos, do CDC que temos sobre o FES. Ao contrário de outros, há outras fórmulas – por exemplo, com as CAF's e AAAF's, são mais tipo protocolo, do que propriamente CDC – os CDC's caem com os mandatos.

E portanto, o que havia era de, exatamente, e como disse, assegurar que nenhuma família, devido ao facto de haver eleições, e ao facto de haver alterações nos Executivos, deixaria de ter o apoio social que tem da Junta. E são muitas as famílias – aliás, isso está no relatório do Sr. Presidente – são muitas as famílias que anualmente recebem – julgo que são cerca de quatrocentas, não tenho aqui o relatório à frente, quatrocentas famílias que, ao todo, recebem apoio da Junta, enquadrado neste ponto.

E portanto, houve que garantir exatamente que isto não acontecia, esta paragem do apoio, porque os apoios, estamos às vezes a falar – e para nós termos bem a noção da importância deste apoio

do FES, há famílias que não são despejadas por causa do FES, porque são famílias que estão em incumprimento de renda, por exemplo, e o FES financia o pagamento das rendas que estão em falta, de forma a evitar ações de despejo dos senhorios. É um tipo de coisas, há mais coisas, há pagamentos de luz, de água, alimentares, etc.

Há aqui uma panóplia de apoios que são dados, isto é um regulamento, que é um regulamento camarário, este regulamento que nós fizemos é um regulamento muito semelhante ao que existe da Câmara, exatamente para ter a mesma lógica, e alargámos, há aqui uma nuance que eu acho que é importante, que é que o regulamento do FES camarário não tem exatamente a mesma fórmula de avaliação das famílias que é a fórmula da Segurança Social, e isto faz com que, se nós aplicássemos só o regulamento camarário, algumas famílias que à luz da Segurança Social estão em carência económica, ficariam de fora. E portanto, nós estamos aqui a incluir um grupo, se calhar mais restrito, e depois um bocadinho de nada mais alargado, para responder a quem não está no primeiro grupo, mais restrito.

Mas, basicamente, a justificação é esta.

Os fundos são, neste momento, da Junta. O que costuma acontecer nos outros anos, nos outros mandatos, o que costuma acontecer é que quando é celebrado o novo protocolo, com o novo FES, por regra a Câmara considera, no valor a pagar às Juntas, o valor que as Juntas gastaram desde o final do mandato até à celebração do novo CDC sobre o FES com a Câmara. Geralmente, é isso.

Até lá, este dinheiro sai do Orçamento próprio da Junta.

--- Fernanda Paredes (PS) ---

Foi referido o apoio a quatrocentas famílias; mas, dentro do FES? Porque no FES, aquilo que eu consegui apurar é que são doze, mais sessenta e uma – pelo menos nesta informação, entre janeiro e agosto. É o que cá está enquanto apoio, doze agregados com apoio à renda, sessenta e um agregados com apoio alimentar, se bem me parece.

Mas, de todo o modo, falou em quatrocentas, e por isso, eu pergunto. Mesmo assim, é um número muito diferente.

--- João Carvalhosa (Vogal) ---

Eu tenho de ver, posso dar-lhe os dados.

--- Presidente do Executivo ---

É preciso ver que esta informação, a minha informação, é feita de 1 de janeiro a 31 de agosto.

--- João Carvalhosa (Vogal) ---

Portanto, eu posso dizer que no primeiro semestre – este é o relatório do primeiro semestre – são duzentos e seis agregados familiares apoiados – duzentos e dezasseis solicitaram, duzentos e

seis apoiados, são quatrocentas e vinte e nove pessoas, dentro destes duzentos e seis agregados que são apoiados. Os quatrocentos eram as pessoas, e não os agregados.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Era só para responder, uma resposta muito rápida à incursão do João Carvalhosa.

Como ele disse, este fundo tem como base um regulamento municipal, aprovado pelos Vereadores do PCP, e com contribuições dos Vereadores do PCP em determinados aspetos que são decisivos, e que são aqui mobilizados – é só para clarificar – nomeadamente no que diz respeito aos limites dos apoios.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 9 – Apreciação do Relatório de Avaliação do Projeto Clube Paula Vicente

O relatório foi apreciado. -----

PONTO 10 – Apreciação do Relatório de Avaliação do Programa de Apoio à Família

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Era só para fazer um comentário geral, que se aplica aos Pontos n.º 9, 10, 11 e 12.

Isto são atividades da Junta que têm, para além das orientações do próprio Executivo, um envolvimento muito significativo de técnicos e de trabalhadores da Junta. E eu creio que até mesmo agora, em final de mandato, eu gostaria de sublinhar, deixar sublinhado um reconhecimento ao empenho e à dedicação de tão elevado número de trabalhadores da Junta e de técnicos especializados nestas atividades.

Estas atividades certamente serão o melhor que o Poder Local desempenha – e não quero desvalorizar a atividade da Junta de Freguesia de Belém, mas creio que é uma constatação de facto. Este tipo de atividades, de facto, é uma grande mais valia de termos um Poder Local com a força que tem, e com a intervenção junto das comunidades e junto das populações, mas isto não se faz por aplicações, ou por “clics”; há pessoas e há técnicos, há conhecimento, há dedicação e há amor posto nestas atividades.

E eu gostaria, em final de mandato, de deixar uma nota de reconhecimento e de valorização desta atividade desta equipa.

--- Fernanda Paredes (PS) ---

Em relação a este relatório que aqui nos é trazido, e que espelha também todo este trabalho, e em especial na pessoa da Helena Lencastre, que também se despede agora aqui, possivelmente, do Executivo, também desejar as maiores felicidades futuras e agradecer todo o trabalho desenvolvido e todo o cuidado que teve com os nossos meninos e com a nossa comunidade educativa. Esta é a parte boa, minha cara Helena.

Agora, também para deixar aqui a nota de que não queria deixar de referir que neste relatório há aqui três aspetos que eu gostaria de destacar, e que foram deixados pela coordenadora das AAAF's e das CAF's, que é preciso que haja mais formação por parte dos monitores e dos responsáveis que acompanham estas atividades, que são precisas salas adequadas, recreios adaptados, materiais próprios, brinquedos adequados. Também falei com muitos pais que precisam de ajustes nos horários destas atividades.

E portanto, esta é uma matéria da maior relevância, porque se trata do cuidado e do apoio às nossas famílias, e estas são notas que devemos ter aqui bem presentes, porque também é verdade que aquilo que esta Junta tem, em termos de Orçamento, pode permitir que estas lacunas sejam supridas com mais facilidade. Penso que é muito importante que não venha uma queixa, por exemplo, de que faltam materiais próprios, ou que faltam brinquedos adequados, ou que os nossos recreios, por exemplo, não estão bem tratados, que faltam sombras nas nossas escolas.

Portanto, essas são matérias que se devem acautelar, para o bem-estar das crianças.

E queria também só fazer uma pergunta, relativamente às AEC's. Eu penso que as AEC's aqui são desenvolvidas por uma entidade privada, mas o facto de ser agora por uma entidade privada, há um protocolo direto – esta é a minha ignorância, confesso – há um protocolo direto da Câmara Municipal com a entidade privada, e escusa a Junta de Freguesia?

--- Helena Lencastre (Vogal) ---

Muito obrigado pelas vossas palavras.

Em relação às AEC's, sim, é um protocolo da Câmara com uma entidade selecionada também pelo Agrupamento, e feito de forma tripartida – Agrupamento, entidade privada, que é a “Educar a Sorrir” e a Câmara.

Em relação a essas notas, são muitas vezes solicitações que estamos a trabalhar com o Agrupamento e com a Câmara, porque o número de crianças que adere às atividades de AAAF's e CAF's, neste caso, está a crescer, os espaços que temos de ocupar em tempos não letivos, ou seja, fins de tarde, têm de ser criados e reinventados, porque temos de ocupar salas e temos de ocupar muito espaço que também não é o ideal – diz o Decreto-lei que não é o ideal ficarmos nos mesmos espaços. Foram solicitadas alternativas, até algum contentor, ou alguma hipótese de mudar, e é por isso que pusemos, porque esse relatório vai para a Câmara, e portanto, precisamos.

Depois, a formação, já tivemos muitas, mas como temos necessidades educativas especiais inseridas, reconhecemos que é preciso mais, e temos de deixar que precisamos de mais, porque os nossos monitores precisam de as ter.

E portanto, nós identificamos algumas necessidades, e temos de as escrever. E os espaços, no Jardim de Infância de Belém há um projeto novo também a ser implementado, aí está englobado em todas as escolas, e são pequenos problemas que identificamos, e necessidades, que estamos a trabalhar nas escolas, e com o Agrupamento, e com a Câmara, mas vão no relatório para a Câmara. E como vai no relatório, temos de trazer aqui também as dificuldades que temos, ou as necessidades que temos.

O pessoal pede muita formação, mais específica, e é isso que nós tentamos perceber e identificar, para neste próximo ano letivo podermos dizer que já tivemos essa modificação.

O relatório foi apreciado. -----

PONTO 11 – Apreciação do Relatório Anual Comunidade Escolar, Escolas com Voz e Rádio Freguesia de Belém

O relatório foi apreciado. -----

PONTO 12 – Apreciação do Relatório Anual de Atividades do Projeto Intervir em Belém

O relatório foi apreciado. -----

PONTO 13 – Apreciação do Relatório de Avaliação da implementação do Projeto “Amarelo” durante o 2.º semestre do ano letivo de 2024/2025

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Este relatório, e esta apreciação, tem para nós uma dimensão particular, e ficamos contentes com o resultado que isto está a ter.

A apreciação particular e a satisfação que quero fazer, ou que quero sublinhar, este projeto, o Projeto “Amarelo”, resulta de uma iniciativa dos Vereadores do PCP na Câmara Municipal de Lisboa, que foi subscrita por todos os Vereadores e votada por unanimidade, que tinha na base uma preocupação. Estudos recentes indicam que, atualmente, na cidade de Lisboa, cerca de 70% das crianças e jovens vão para as escolas em viatura particular. Curiosamente, na geração dos pais destas crianças jovens, esta percentagem andava nos 8% ou 9%. Portanto, tivemos uma

alteração brutal na vivência das nossas cidades e nas condições de crescimento e de autonomia das nossas crianças e dos nossos jovens.

O objetivo da apresentação de um projeto deste tipo, que partiu exatamente – isto foi em 2022, era um projeto-piloto, tinha como intenção, já em 2022, o projeto-piloto alargar-se a pelo menos dois Agrupamentos de Escolas da cidade, e o objetivo deste projeto era contribuir para alterar este padrão de mobilidade, que tem dimensões preocupantes no crescimento e na autonomia – e vemos aqui nos relatórios os pais a dizer que o autocarro leva os filhos, e podem ir tranquilos para o trabalho.

É com particular agrado que vemos isto. Temos, numa dimensão mais global da cidade, tentado estimular o alargamento e a aceleração da implementação deste projeto, e subscrevemos as preocupações do relatório final, que aqui nos é apresentado, nomeadamente a de este projeto alargar com a participação de mais alunos, mais linhas, mais escolas, porque isto também tem a ver com aquilo que aqui está dito, a autonomia e a segurança escolar que existe na nossa freguesia – neste caso, estamos a falar da Freguesia de Belém.

Portanto, eu acho que esta é uma daquelas iniciativas que podem não ser muito conhecidas, mas que têm impactos estruturais em dimensões importantes da vida das famílias, das crianças e dos pais, e eu gostaria de sublinhar esta questão.

--- Patrícia Campos (PS) ---

Eu penso que nós poderíamos, se calhar, votar – e é uma proposta que eu faço – os Pontos n.º 13 e 17, porque fazem parte do mesmo processo do Projeto “Amarelo”, e vêm aqui separados.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Desculpe, o Ponto n.º 13 não é suposto nós votarmos, é só o Ponto n.º 17, por isso é que estão separados.

--- Patrícia Campos (PS) ---

Sim, mas como o tema é conjunto, era só por isso.

É de louvar esta iniciativa, e a promoção da utilização de transportes coletivos. Quinze crianças ainda é pouco; consideramos, realmente, que este projeto deveria ser mais divulgado.

Mas, a minha intervenção vem aqui também um pouco no sentido de fazer um pedido à Junta, no que diz respeito à rede ciclável, que também é muito importante na nossa freguesia, e que continua a faltar uma rede unida. Nós temos percursos cicláveis, temos ciclovias, mas não temos uma rede.

E por isso, é muito importante que aquelas intervenções que foram feitas no Restelo de Baixo, que tenham continuidade para a restante freguesia, porque senão ficam desgarradas, e eu sinceramente sinto que é dinheiro do erário público deitado à rua. É uma pena, porque as nossas ciclovias têm de ser unidas, não podemos ter troços da freguesia com percursos cicláveis e outros troços que não têm, não tem continuidade. Isto não pode ser, tem de haver continuidade.

E eu falo nisto num reforço de utilização de transportes alternativos ao carro. Nós temos uma freguesia com muito espaço, felizmente, é das poucas freguesias, se calhar, em Lisboa com tanto espaço, e é urgente realmente incutir aos jovens, e quanto mais cedo, melhor, a utilização do transporte público e do transporte ciclável.

--- Presidente do Executivo ---

Vamos lá ver, quer dizer, nós, como sabem, nessa parte das ciclovias, somos favoráveis a fazer ciclovias com pés e cabeça. Como sabem, eu utilizo muito a bicicleta, até é uma freguesia em que não são precisas muitas ciclovias, porque se pode andar perfeitamente de bicicleta sem ciclovias, porque é seguro.

Claro, não sou contra as ciclovias, mas esquecemos constantemente que temos uma ciclovia em toda a zona ribeirinha, que depois mexe cá para dentro, na Travessa da Torrinha, e entra na Fernão Mendes Pinto, numa outra ciclovia. Já no outro dia referi isso, na Assembleia Municipal tive ocasião de falar sobre esta matéria, por causa da chamada ciclovia da Avenida da Índia, e dizer que não nos opomos a que haja uma ciclovia na Avenida da Índia, desde que isso não implique que uma das faixas de rodagem fique apenas com uma via, que era o que estava previsto. Disse: “Querem que morra menos gente a andar de bicicleta, está bem, mas vai começar a morrer mais gente a morrer com ataques cardíacos e com o *stress*”, porque cada vez que uma pessoa está ali parada, só numa fila, para a Baixa, e vice-versa, não pode ser. E há alternativas, várias vezes ando de bicicleta ali. Uma pessoa, vindo de Lisboa, por exemplo, chega ali ao Hospital da CUF, dá para depois vir, na maioria das vezes, por cima do passeio largo, em que se podem fazer ciclovias, sem ter de ir interromper ou ocupar o meio da via. Ao haver duas vias de um lado e do outro, pode-se estudar essa matéria; de outra forma, acho que devemos ser veementemente contra, porque, quer dizer, vivemos no nosso século, neste momento, senão temos as pessoas a andar de burro, qualquer dia.

O relatório foi apreciado. -----

PONTO 14 – Apreciação e votação do Projeto de Intervenção
Socioeducativo do ano letivo 2025-2026

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 15 – Apreciação e ratificação do Protocolo de Estágio Curricular no âmbito da Licenciatura em Serviço Social entre a Junta de Freguesia de Belém e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa – Carolina Vaz Mestre

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 16 – Apreciação e votação do Regulamento para Atribuição das Bolsas de Desporto a Jovens dos 6 aos 16 anos residentes na Freguesia de Belém (ano letivo 2025/26)

--- **Fernanda Paredes (PS)** ---

Esta é uma excelente iniciativa, podia ter sido implementada em 2020/21. É uma pena que seja implementada só agora, no final do mandato, esta atribuição das bolsas.

Já estava? Então, peço desculpa.

--- **Tiago Pessoa (Vogal)** ---

Sim, já estava, julgo que já é a terceira edição, e até acabámos por alargar a três modalidades. Veio, sim senhor, e acabámos até por incluir algumas modalidades que foram sugeridas, até pela vossa Bancada – não sei se recordam, por que é que eram só umas modalidades, e não outras, e acabámos por acrescentar, e bem, o atletismo, o ténio, o triatlo, a vela, a dança, a ginástica e a natação.

Portanto, foi aqui um complemento de uma boa sugestão, mas para responder também a outras necessidades.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 17 – Apreciação e ratificação do Protocolo de Colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e o Município de Lisboa no âmbito do Projeto “Amarelo”

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 18 – Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia

--- **Presidente do Executivo** ---

Sra. Presidente, está aqui a informação escrita, escuso de estar a repetir ou a ler, está lá o essencial, até agosto, como está previsto.

De qualquer forma, não queria deixar, neste momento, ao terminar esta sessão, mais uma vez, de agradecer a presença de todos, de todas as pessoas que nos estão a ouvir na Rádio Freguesia de Belém, que foi uma excelente iniciativa, e tem sido muito bem aproveitada pelos nossos residentes. Tenho de felicitar aqui a minha Vogal, Helena Lencastre, pelo trabalho que tem desenvolvido com as suas colaboradoras. Felicitar a população que está a ouvir através da rádio,

aqui as pessoas todas presentes. Congratular-me com a forma como os trabalhos foram dirigidos pela Sra. Presidente e pela Mesa em geral, pela colaboração que todas as pessoas deram.

Hoje até parece uma sessão de natal, porque tudo correu muito bem, está tudo a preparar-se agora para as eleições. Espero que sejam umas eleições democráticas, e que toda a gente esteja o mais possível preparada para isso, porque é importante que as pessoas participem na coisa pública, é muito importante mesmo, e cada vez mais, porque há os populismos, a demagogia, e temos de mostrar que somos diferentes. E quem diz que está fora do sistema, e aqui aproveitando-se do sistema, não pega. Temos de ser nós mesmos a mostrar que realmente somos diferentes, e que os políticos, de uma forma geral, são gente de bem. Às vezes vão buscar uns malandros que passam pela política, mas a política é das atividades mais nobres que qualquer cidadão deveria ter honra em exercer, no seu país, seja a que nível for. É a arte de governar e de servir – de servir, atenção, não é de se servir; é de servir.

E por isso mesmo é que, nesta sessão, antes de terminar, da minha parte, era congratular-me por isso, e fazer um apelo às pessoas em geral que nos estão a ouvir, que se tiverem oportunidade, candidatem-se a lugares autárquicos, vão ver que é uma experiência muito bonita, muito estimulante, e que fica para a vida. E é essa a gratificação.

--- Patrícia Campos (PS) ---

Se a Mesa me permitir, eu gostava só de fazer uma breve nota de despedida, também.

Eu chego hoje ao fim do meu mandato, só de quatro anos, mas com o sentido de dever cumprido e com o profundo respeito da missão que me foi confiada. Foi uma honra contribuir para o funcionamento desta instituição democrática e para a vida da nossa comunidade.

Candidatei-me sem qualquer filiação partidária, apenas com uma enorme vontade de colocar a minha disponibilidade e capacidades ao serviço dos superiores interesses da Freguesia de Belém.

Agradeço a todos os fregueses que confiaram na lista que encabecei. Termino o mandato com a convicção de que cada esforço teve como objetivo maior o interesse coletivo.

Quero deixar uma palavra de reconhecimento aos que comigo partilharam este caminho, e o profundo reconhecimento pessoal pelo vosso apoio, e o meu agradecimento, enquanto residente da Freguesia de Belém – que também não penso mudar.

Cumprimento os demais membros desta Assembleia, e quero agradecer o trabalho em prol da freguesia.

Um novo ciclo se abre. Desejo a todos os que prosseguem este trabalho muita coragem, muita dedicação e muito sucesso. Que o futuro da nossa freguesia seja construído com diálogo, ponham, por favor, um pouco os Partidos à parte, e respeito, e compromisso para o bem comum, acima de quaisquer motivações.

Muito obrigada a todos.

--- Diogo Belfort (CDS-PP) ---

Sra. Presidente, gostava de perguntar à Mesa se vai ler a ata já a seguir e terminar a sessão.

Muito rapidamente, queria só, em meu nome, e em nome do CDS, a todas e todos que participaram durante este último mandato, e não se recandidatam – eu não sei exatamente quem são – queria a todos agradecer todo o trabalho, toda a discussão, todas as vezes em que chegámos a este diálogo que disse a Patrícia, e desejar-lhes as melhores sortes.

A todos de nós que concorrem, boa sorte a todos, democraticamente, mas especialmente a quem serviu esta Junta – acho que não faz sentido fazermos votos de louvor a nós próprios, pedia só a quem se vai embora, dar-vos uma salva de palmas.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

---Nos termos e para os efeitos do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no n.º 4 do art.º 29.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Belém, foi feita a leitura da Minuta da Ata da 3.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2025 pela Presidente da Assembleia de Freguesia e colocada a votação, tendo esta sido **aprovada** por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa, com a finalidade de conferir eficácia imediata às deliberações aprovadas. -----

---Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada por todos os elementos que compuseram a Mesa da Assembleia. -----

.....
Presidente da Assembleia de Freguesia

.....
1º Secretário

.....
2ª Secretária